

A ESPANHA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL: REAÇÕES ENTRE OS POLÍTICOS ESPANHÓIS

*Sandra M. Lubisco Brancato**

A notícia sobre a proclamação da república no Brasil em 15 de novembro de 1889 foi recebida com grande surpresa não só na Espanha como na Europa em geral.

Predominava no Velho Continente a idéia de que o Império brasileiro deveria durar ainda por algum tempo, apoiado no prestígio que gozava o Imperador D. Pedro II junto ao povo de seu país. Faltava à distante Europa um conhecimento mais profundo da realidade brasileira. Na verdade, se entendermos por "povo" as camadas mais humildes da população, estas, no Brasil, desde há muito, se caracterizavam por uma manifesta apatia frente às decisões tomadas pelas elites. O depoimento tantas vezes lembrado de Aristides Lobo, contemporâneo dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889, — "o povo assistiu bestializado à proclamação da República" — é um testemunho muito significativo desta realidade.

O império caía, e o povo, embora apreciando o monarca deposto, não se mobilizou para defendê-lo. A opção quanto ao rumo político que seguiria o país ficava, mais uma vez, por conta das elites.

O próspero grupo dos cafeicultores do oeste paulista, descontente com o império pouco receptivo às suas principais reivindicações, se mobilizou para derrubá-lo, formando uma aliança com a oficialidade do Exército, também pouco interessada em sustentar um Regime que lhe marginalizava do processo político e não atendia seus principais pedidos de reforma.

Por outro lado, a chamada elite tradicional, ligada ao nordeste açucareiro e à região do Vale do Paraíba, pioneira na produção de café, recusou qualquer apoio ao Império que tanto lhe prejudicava com a abolição da escravatura. Assim desaparecia a última monarquia americana sem maiores traumatismos.

Cárcer, Encarregado dos Negócios da Espanha no Brasil, registra com espanto este fato, em correspondência enviada a seu governo:

“Ha causado asombro general, sobre todo entre el Cuerpo Diplomático, la indiferencia con que este pueblo que tan amante parecía de su Emperador, ya que no de toda familia imperial, ha visto su prisión pues ni un solo hombre ha tratado de reunir gente para ir liberar al prisionero...”¹

Na medida em que novas notícias sobre a queda do Império chegavam a Espanha, os políticos monarquistas conservadores tentaram encontrar uma justificativa para a mudança política ocorrida no Brasil. Esta justificativa se impunha principalmente depois que perceberam o entusiasmo com que os republicanos espanhóis festejavam a nova situação do Brasil. As atenções se voltaram para D. Pedro II que passou a ser visto como o principal responsável pela perda de seu próprio trono. Para os conservadores o Imperador havia avançado demais em suas concessões liberais. Além disto, demonstrava ter pouco apego à monarquia. Portanto, o Império caíra não apenas por falta de apoio popular, mas também pelas atitudes tomadas por D. Pedro.

Os políticos republicanos exultantes com a república brasileira fizeram uma análise bastante profunda das causas da queda do império. Esta análise estava calcada basicamente na idéia de que a monarquia não era mais compatível com o tempo que corria, mesmo que a sua frente se encontrasse um monarca liberal, como consideravam que fosse D. Pedro II. Estas idéias continham maliciosamente uma crítica endereçada ao regime vigente na Espanha. Em consequência, os monárquicos espanhóis, em particular os vinculados ao Partido Conservador, logo se mobilizaram. Qualquer manifestação dos republicanos preocupava as autoridades, apesar dos movimentos deste matiz, ocorridos na Espanha durante a década de oitenta, terem sido marcados pelo insucesso.²

No mesmo ano da proclamação da república no Brasil, em fevereiro, o Ministro de la Gobernación enviou um comunicado às Províncias espanholas, através do qual se pode bem avaliar as precauções que eram tomadas pelo Governo em relação às manifestações dos republicanos. Dizia o comunicado:

“Si con motivo de los brindis [nos banquetes comemorativos a República de 1873] se atacase la forma de gobierno vigente ó la Dinastía, ó se proclamase el Derecho de insurrección, el delegado [nomeado pelo Governo para assistir ao ato] deberá declarar disuelta la reunión, entregando los autores de toda trasgresión de ley a los tribunales ordinarios.”³

Ainda em 1889, quando o Partido Republicano Federal planejava comemorar em Madri a data da tomada da Bastilha, acontecimento sempre tão

grato aos republicanos, as autoridades espanholas buscaram, outra vez, os meios necessários para contê-los. Em resposta ao ofício em que os federais solicitavam permissão para a manifestação, o Governador de Madri respondeu que não podia permiti-la, pois o horário e a data previstos para a mesma eram inadequados por tratar-se de "dia festivo sino también porque coincidirá... con el numeroso público que se dirija á la corrida de toros."⁴

Era importante para o Governo espanhol evitar situações que oportunizassem o congrassamento entre os republicanos, já que, até então, a incapacidade dos mesmos de resolverem diferenças dentro de seu próprio grupo havia contribuído muito para o fracasso dos levantes organizados.

As autoridades estavam particularmente atentas às atividades de Ruiz Zorrilla e seus companheiros⁵ que desde o exílio comandavam a rede subversiva republicana dentro da Espanha. A 22 de novembro de 1889, por exemplo, o Cônsul de Espanha em Perpignan informava que o Vice-cônsul de Carcassonne havia avisado que Ruiz Zorrilla, Vega y Prieto haviam saído de trem para Toulouse.⁶ Também em novembro do mesmo ano, depois da proclamação da república no Brasil, o Embaixador de Espanha em Paris remeteu o seguinte telegrama a Madri:

"...Zorrilla no se ha movido de Paris, explota sucesos Brasil para reanimar emigrados."⁷

O entusiasmo de Zorrilla com a república brasileira pode ser bem avaliado através da correspondência que enviou a Simões da Fonseca, diretor do jornal *Correio do Brasil*, que se editava em Paris. Suas palavras são efusivas:

"Mi querido correligionario: Al aplaudir la fundación de El Correo del Brasil, para el que deseo larga y próspera vida, tengo la satisfacción de acceder á los deseos que usted me ha manifestado honrán-deme mucho.

Cuando se lucha por el triunfo de la República, cuando por ella se esta en el destierro durante quince años y además se pertenece á un país desgraciado que ha hecho esfuerzos heróicos para conquistarla, necessariamente hay que saludar con el mas vivo entusiasmo el despertar de un gran pueblo como el vuestro, que nace a la vida del derecho como por milagro, reivindicando su soberanía merced al acendrado patriotismo de los hombres de gran espíritu, cuyos gloriosos nombres repite el mundo lleno de entusiasmo y admiración.

No puede estar lejos el día en que el pueblo español y el portugués imiten vuestro feliz ejemplo, transformándose en dos libres Repúblicas, y ójala consigan una victoria tan rápida y tan decisiva como la de la República brasileña, y puedan, como ella, mostrarse tan generosos y magnánimos!

Sírvase usted aceptar mi más cordial y sincera felicitación."⁸

A conquista republicana do Brasil também foi celebrada pelos republicanos federais em Madri. A 23 de novembro de 1889 organizaram no *Casino de la Bola* uma sessão em homenagem a Álvaro Chaves, ativo republicano brasileiro que se encontrava na capital espanhola. Pi y Margall, ex-presidente da república espanhola de 1873, presidiu o ato e, em inflamado discurso, não hesitou em afirmar que os sucessos ocorridos no Brasil abalariam a estabilidade das monarquias européias.⁹ Dias mais tarde, Pi y Margall voltou a expressar seu entusiasmo com a vitória republicana, em carta enviada ao Governo Provisório brasileiro. São estas as suas palavras:

“Recibió este consejo con júbilo indecible la noticia de vuestra revolución. Permitidme que os felicite. Sin largos ni costosos esfuerzos habeis arrojado de América al ultimo rey. No era un déspota y sin embargo le depusisteis. Habeis significado con esto que cogisteis las armas, no por odios ni agravios personales, sino por el sentimiento de vuestra dignidad y la aversión a la monarquía. Acabais de der una lección á Europa, que se aprecia culta y mantiene aún instituciones deprecivas y anacrónicas, hijas de la barbarie.

Os felicita ese Consejo, no solo por haber proclamado la República, sino también por haber adoptado el régimen federal. No muere la monarquía donde se deja en pie la onnipotencia del Estado. No tiene el pueblo representación genuina donde el Estado por su onnipotencia es dueño de los comicios. No es libre la nación donde el municipio y la provincia son esclavos. No goza de plena vida la sociedad en que esta cohibida la acción de los grupos que la componen. Afianzareis por la federación la libertad, el orden, el progreso, el desarrollo de todos vuestros germenés de riqueza.

Aspiramos aquí á fundar una República como la vuestra. El día en que lo consigamos, no perdonaremos sacrificio por establecer entre Brasil y España lazos de inquebrantable amistad y de concordia. Recibid, en tanto, el cariñoso saludo de este Consejo, que os desea paz y ventura para concluir la obra que con tan buenos auspicios comenzasteis.”¹⁰

Como se pode observar a carta de Pi y Margall não é apenas um “ato de fé” da República. O líder procura enfatizar possíveis analogias entre a situação que vivera o Brasil durante o reinado de Pedro II e a situação existente na Espanha. “No era un déspota”, escreve Pi y Margall referindo-se ao Imperador brasileiro. A Rainha Maria Cristina da Espanha também não o era.

A proclamação da república no Brasil foi também objeto de largas discussões no Senado e na Câmara dos Deputados espanhóis. Os pronunciamentos nesta ocasião são extremamente significativos, dando bem a medida do quanto preocupava o entusiasmo manifestado pelos republicanos. Além disto a mudança de regime do Brasil foi também motivo para que o Partido

Conservador espanhol, então na oposição, criticasse ao Partido Liberal, apontando algumas analogias que pensava existir entre a política brasileira e espanhola. Por esta razão é imprescindível que se examine o conteúdo dos pronunciamentos na Câmara e Senado para poder avaliar mais amplamente as reações dos políticos espanhóis ante a república brasileira.

AS REFERÊNCIAS À REPÚBLICA BRASILEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quando ocorreu a proclamação da república no Brasil, a monarquia espanhola restaurada em 1874 gozava de relativa estabilidade. O turno de partidos no poder, inaugurado com o *Pacto del Pardo* de 1885,¹¹ permitia que liberais e conservadores executassem seus planos políticos quando eram situação, contando com a certeza de que sua obra seria respeitada pela oposição quando chegasse seu turno de governo.

As boas relações entre os partidos não impediam, no entanto, que aquele que estivesse no poder recebesse críticas da oposição. Assim, em novembro de 1889, quando o Deputado Rodríguez San Pedro, representante do Partido Conservador, subiu à tribuna da Câmara para comentar a mudança de regime no Brasil, sua preocupação fundamental foi usar tal fato para criticar a política seguida pelos liberais.¹²

Desde 1887 os liberais espanhóis haviam aprovado algumas reformas consideradas pelos conservadores excessivamente liberais. Entre elas se incluem a *Ley de Asociaciones* (1887), a *Ley del Jurado* (1888), e o novo *Código Civil* de mayo de 1889. As críticas a essas reformas apareciam sistematicamente na Câmara e, com a proclamação da república no Brasil, para muitos, conseqüência do excesso do liberalismo do império, as censuras recrudesceram. Foi atacado especialmente o funcionamento da justiça espanhola que os conservadores tachavam de débil, basicamente devido a nova *Ley del Jurado*.

Insistindo neste particular, o Deputado Rodríguez San Pedro, no já referido pronunciamento de novembro de 1889, analisou quatro situações em que considerava que a justiça espanhola havia falhado. Entre estas incluía o fato das autoridades não terem punido os participantes de algumas reuniões feitas em Madri em apoio à república brasileira, com o agravante ainda de que ocorreram nestas reuniões manifestações "con banderas, con lemas y demonstraciones que estan completamente prohibidas por el código penal."¹³ O Deputado denunciava ainda que os hábitos de contemporizar, deixando cair no esquecimento a defesa da forma de governo, era já um hábito entre as autoridades do momento. O Deputado deixou claro que con-

siderava as demonstrações de apreço à república brasileira uma verdadeira afronta à monarquia espanhola e às leis de seu país.

Rodríguez San Pedro justificava suas acusações pela preocupação que lhe causava o que julgava ser a falta de um estrito cumprimento e respeito de todas as leis, “por el Gobierno en primer término, que fue quién juró guardar y cumplir las leyes, y en segundo término por los Diputados que estamos comprometidos en el mismo juramento”. Ao concluir sua intervenção o Deputado, com manifesta dureza, acrescenta: “espero... que S.S. [o Ministro de Gracia y Justicia Canalejas] se servira dar una contestación cumplida y satisfactoria, así como la seguridad de que las leyes han de ser cumplidas y observadas fielmente mientras este Gobierno ocupe este banco.”

A resposta do Ministro a Rodríguez San Pedro se concentrou praticamente sobre a afirmação do Deputado de que as leis deveriam ser cumpridas. Canalejas foi categórico em sua contestação: a referência sobre a defesa das instituições era improcedente, “verdadera frase hecha”, sem nenhum significado, “porque los actos del Gobierno no autorizan esas suposiciones que tienen un mero valor retórico. Além disto — recordava o Ministro — “hay jurisprudencia sentada; hay circulares dictadas por el fiscal del Tribunal Supremo”, e finalmente acrescentava: “si algun funcionario fuera remiso en el cumplimiento de su deber, no faltaria yo al mio de excitar su celo, y hasta de imponerle los apercibimientos y correctivos á que me autorizan las leyes en el ejercicio normal de mis facultades.”

Apesar da firme resposta do Ministro, Rodríguez San Pedro não se deu por satisfeito, e voltou à carga. Pode-se observar, no entanto, que apesar da grande erudição do Deputado, começavam a lhe faltar argumentos. Canalejas não havia afirmado que as instituições espanholas estavam preservadas? Não havia prometido castigar aos que burlassem as leis? Contudo, Rodríguez San Pedro continuava insistindo que os republicanos responsáveis pelas manifestações fora da lei deveriam ser castigados.

Para pôr fim a uma discussão que já se prolongava sem acrescentar nada de novo, Canalejas, com indisfarsável ironia, ainda fez algumas colocações em resposta ao Deputado da oposição:

“Pero, en fin, ¿quiere el Sr. Rodríguez San Pedro que yo reconozca que pueden ser sus advertencias oportunas? Pues evitarme, no la molestia mia, sino la que produciría á la Cámara un debate interminable, hago gracia al Sr. Rodríguez San Pedro de la confesion, y declaro que han sido muy oportunas, y hasta si se quiera relativamente necesarias, las advertencias de S.S.”.

E no encerramento da sessão ainda insistiu o Ministro:

"...acepto desde luego como una enseñanza provecho algo de lo que S.S. ha dicho de más interés para mi que para S.S., es á saber: que nos hubiéramos evitado este debate si yo, mas experto, hubiera acudido á contestar á S.S. con esta declaración exacta con que, aleccionado ya, termino y me siento: el Gobierno cuida e cuidará por el fiel cumplimiento de las leyes."

Com os argumentos do Ministro, as críticas de Rodríguez San Pedro ao Governo perdiam definitivamente sua força, o que era extremamente lamentável para os conservadores. É preciso ter presente que 1889 era o quarto ano do governo de Sagasta, e já era esperada a troca de partidos. O turno deveria funcionar e, como ocorrera em outras ocasiões, uma crise no Parlamento poderia precipitar os acontecimentos.¹⁴ Contudo, os liberais só deixariam o poder em 1890.

Por outro lado, é evidente também que Rodríguez San Pedro procurava evitar que outras manifestações, semelhantes as que haviam provocado suas queixas, voltassem a se produzir na Espanha. Era importante frear o entusiasmo dos republicanos, pois, apesar dos embates sofridos, suas atividades continuavam a ser intensas. A experiência dos anos anteriores aconselhava cautela.

Em relação à postura de Canalejas pelo menos duas conclusões são possíveis: ou o Ministro no dia da interpelação de Rodríguez San Pedro não tinha conhecimento das manifestações republicanas, o que explicaria o fato de não haver ordenado nenhuma medida repressiva, ou não quis dispensar maior atenção ao ocorrido para não dar ao caso maior transcendência. Na verdade, o Governo estava vigilante e quando a ocasião exigia atuava com bastante dureza.

AS REFERÊNCIAS À REPÚBLICA BRASILEIRA NO SENADO

A proclamação da república no Brasil repercutiu mais no Senado espanhol do que na Câmara dos Deputados, prolongando-se os debates sobre este tema por quatro sessões.

Repetindo o que já ocorrera na Câmara dos Deputados, os sucessos do Brasil foram analisados fundamentalmente com a intensão de criticar a linha política que vinha sendo seguida por Sagasta, chamando a atenção em especial para os perigos que representava ter um governo considerado excessivamente liberal.

O primeiro pronunciamento no Senado sobre os acontecimentos do Brasil foi feito por Mena y Zorrilla, na sessão de 26 de novembro de 1889. A idéia básica apresentada pelo Senado era a de que deveriam ser extraídos

dos acontecimentos brasileiros ensinamentos úteis para a Espanha, ensinamentos estes que considerava “terribles”.¹⁵ Partindo desta idéia Mena y Zorrilla procurou enfatizar que a monarquia brasileira se caracterizava por ser liberal. Segundo o Senador, “si alguna Monarquía hubiera podido salvarse por las concesiones, si alguna Monarquía hubiese podido salvarse por la ciencia, por el patriotismo, por sus virtudes y por su liberalismo democrático, hubiera sido el trono del Brasil.” E acrescentava referindo-se a D. Pedro II: “ningun Monarca era más amplio en concesiones; ninguno más amante de sus enemigos, ni tampoco ninguno que tuviera mano más generosa para los que profesaban ideas contrarias á la institución representada en su persona.”

Mena y Zorrilla ainda na mesma intervenção perguntava, lembrando que o próprio D. Pedro se considerava como o primeiro republicano de seu país:¹⁶ “¿tenía conciencia de su alta misión, de las grandes responsabilidades, de los sagrados deberes de todo lo que hace augusta y excepcional la posición de un Soberano? Y si la monarquía había muerto en su ánimo, ¿como había de vivir en el corazón de su pueblo?”

Finalmente, depois destas afirmações tão categóricas, concluiu o Senador:

“¡Que analogías! ¡Que semejanzas! ¡Como brotan las comparaciones! ¡Con qué dolor las vemos surgir! ¡Hay, sin embargo, tres diferencias: una que la Monarquía en España ni ha perecido ni puede perecer, porque radica á un tiempo en el corazón de sus Reyes y en el corazón de los pueblos; otra es esa consideración sobre la naturaleza de la Monarquía, por la cual se puede decir que en el Brasil ni existía ni podía existir; y la última, de índole opuesta, es que en el Brasil se reunió la Asamblea republicana contra la prohibición del Gobierno, y aquí, por lo visto, va á reunirse con su aquiescencia. Allí el Gobierno quiso evitarlo, pero no pudo; aquí, por el contrario, el Gobierno puede, pero no quiere.”

O pronunciamento de Mena y Zorrilla poderia ter sido de grande efeito. No entanto, o Senador se perdeu ao reconhecer que em três pontos fundamentais Brasil e Espanha não coincidiam. De tal afirmação o Ministro de la Gobernación, Ruiz Capdebon, a quem interpelava, pôde retirar os argumentos necessários para fazer a defesa do Governo. As palavras do Ministro são carregadas de ironia:

“¿Para que decía todo esto S.S. Sr. Mena? Pues para venir a concluir que había tres grandes diferencias entre la situación de la Monarquía en España y en el Brasil. La primera decía S.S. que era que la Monarquía no tenía arraigo en el Brasil, y si la tiene en España. Pues la

diferencia que S.S. mismo señalaba... demuestra que el ejemplo del Brasil no puede tener aplicación a nuestra Patria."

Sobre a referência de Mena y Zorrilla de que se havia celebrado uma Assembléa Republicana no Brasil, embora estivesse proibida pelo Governo, disse o Ministro: "aqui se celebrará con la aquiescencia del Gobierno. Pues vea S.S. cómo no valen de nada las prohibiciones, y cómo se celebran las reuniones contra ellas, produciendo resultados tan funestos como los resultados del Brasil. ¿Estamos en el Brasil? Estamos afortunadamente en España."

A réplica do Ministro de la Gobernación, baseada em fatos concretos, como se vê, terminou com as seguintes palavras:

"Ha hablado S.S. de que el Emperador permitió dar vivas a la República en las Cámaras; ha hablado S.S. del proposito del Emperador de marcar la duración temporal del Imperio; y, señores senadores, ¿puede pasar, hay peligro de que pasen cosas semejantes en España?. ¿Pues á que traer, entonces, el recuerdo del Brasil? ¿Era para ausstarnos? Pues por fortuna no hay nadie en este país que pueda asustarse por lo que pase en el Brasil."

Estas foram as referências feitas ao novo regime político do Brasil na sessão de 26 de novembro do Senado. Se pode observar que facilmente o Governo encontrou os argumentos necessários para neutralizar as críticas que recebia da oposição. Talvez o pouco êxito conseguido pelo conservador Mena y Zorrilla em sua manifestação contra o Governo o tenha animado a tentar novas investidas na sessão do Senado de 27 de novembro. Contudo, pouco pode acrescentar ao que já havia colocado. Sua nova alocução seguiu a mesma linha da anterior, e somente oferece algum interesse suas palavras finais:

"La Monarquía en España no puede morir; pero el Gobierno hace todo lo posible para que, si hubiese de correr algun peligro en el futuro, tenga la responsabilidad de este riesgo el mismo Gobierno."

É bastante notório que as observações de Mena y Zorrilla continuavam sem muita consistência, um tanto vagas.

Seu companheiro de partido, o Senador Vida, que também se manifestou sobre a república brasileira e seus efeitos sobre a Espanha,¹⁷ não conseguiu melhor resultado. Seguiu insistindo sobre os mesmos argumentos já usados por Mena y Zorrilla: o liberalismo do império brasileiro em muito se assemelhava com o do governo de Sagasta, logo deveria ser contido para que a Espanha não viesse a enfrentar os mesmos problemas do Brasil.

O único elemento novo apresentado por Vida foi a referência à participação do exército na queda da monarquia brasileira, tentando também, neste particular, encontrar semelhanças entre a realidade espanhola e a brasileira. Disse o Senador:

“Allí, como aquí, estaba en el Ejército de mar y tierra el gérmen de la sedición, que solo esperaba un momento propicio para manifestarse.”

O protesto contra esta afirmação foi imediato. No *Diario de Sesiones del Senado* se pode ler: “varios Senadores: ¿Esta aquí [na Espanha] lo mismo?” Esta reação parece ter desconcertado a Vida que se apressou em retificar suas palavras, caindo então numa evidente contradição ao afirmar: “Ya sé que no... tengo el convencimiento de que aquí no sucederá.” A esta observação responderam vários Senadores: “entonces, huelga el argumento.”

Era justificada a indignação dos Senadores. Não tinha fundamento dizer que “el gérmen de la sedición” atingira a maior parte do exército espanhol. Ao contrário do que acontecia no Brasil durante o império, na Espanha da Restauração a alta oficialidade em geral apoiava ao Governo.

Se Vida houvesse retificado suas palavras, mantendo o argumento de que pelo menos entre a baixa oficialidade existia o que chamou de “gérmen de la sedición”, talvez tivesse sido mais difícil ao Governo refutar os seus juízos. Na verdade a baixa oficialidade e a tropa espanhola do período em questão não estavam totalmente satisfeitas, tanto que foi entre estes que os movimentos republicanos da década de oitenta encontraram algum apoio. Faltou, no entanto, ao Senador Vida, habilidade para manter, parte da argumentação que apresentara. Foi, portanto, fácil ao Governo responder a Vida que já amainava seus ataques depois de ouvir os protestos de seus colegas. Canalejas, evitando fazer mais comentários sobre o Brasil, “por una cuestión de derecho y relaciones internacionales”, encerrou sua atuação na sessão do Senado do dia 29 de novembro com a seguinte observação:

“...ante este triste episodio de la historia contemporánea, cabe pensar en aquella otra grande Monarquía inglesa...”.

A alusão à estabilidade do regime inglês foi suficientemente clara e bastante significativa devido às circunstâncias do momento e o rumo que tomara as discussões sobre a proclamação da república no Brasil.

Durante outra sessão do Senado, a de 30 de novembro de 1889, a queda do império brasileiro voltou a ser tema das discussões. Nesta oportunidade abriu os debates sobre este tema o Senador Almagro que, fiel à orientação que vinha seguindo seu partido – o Posibilista – tratou de defender a

política do governo de Sagasta.

Almagro iniciou sua intervenção apoiando a Canalejas que como Ministro — na opinião do Senador — não deveria mesmo pronunciar-se sobre a recente República americana. Por outro lado, Almagro chamou a atenção de que os impedimentos que tinha o Ministro não eram compartilhados por ele, com o que se considerava livre para expressar sua opinião. Começou interpellando aos conservadores que haviam encontrado semelhanças entre a política do império brasileiro e a espanhola: “¿Quién os ha dicho, en qué Constitución habeís leído que el Brasil era regido por instituciones democráticas?”

Para provar que as observações dos conservadores não correspondiam à verdade, Almagro afirmou que o governo no império brasileiro era pessoal, o sufrágio indireto e censitário e, finalmente, que o Senado era vitalício.

Das críticas feitas por Almagro a que atingia mais diretamente a D. Pedro II era a relativa ao poder pessoal do imperador. Também no Brasil o alvo principal dos opositores do Imperador era o poder pessoal. Estes teimavam em não reconhecer que graças ao poder pessoal, o Imperador conseguia neutralizar os manejos eleitorais, impedindo que um partido se eternizasse no poder pelo manejo das urnas, que lhe garantiam a maioria da Câmara.¹⁸

Se no Brasil era difícil fazer uma avaliação positiva da conduta de D. Pedro II no que tange ao poder pessoal, não seria na Espanha, onde as informações sobre o Brasil eram bastante escassas, que se chegaria a elas. Logo, se pode entender que as observações feitas por Almagro, embora improcedentes, não puderam ser aparteadas pelos conservadores, permanecendo naquele momento a idéia de que D. Pedro perdera o trono por ter atitudes despóticas. Para Almagro não existia, portanto, analogia entre a monarquia brasileira e a espanhola. Os liberais encontravam assim uma oportunidade para reafirmar que sua forma de conduzir o governo não punha em risco a monarquia.

Antes de deixar a tribuna, Almagro ainda acrescentou um novo comentário que evidencia sua grande agilidade como orador:

“...queréis que influya el Brasil en la política española, cuando no ha influido en la organización de sus Poderes la suerte de nuestras mismas posesiones ultramarinas? Pues qué, nosotros ¿no hemos sido el primer Imperio territorial del mundo? De nuestro Imperio territorial ¿no han surgido, no una República, sino catorce Repúblicas? Y decirme, ¿que influencia han tenido esas catorce Repúblicas en la forma de gobierno en España?”

A intervenção de Almagro pôs fim às discussões que se fizeram no Senado espanhol sobre a república brasileira.

Tanto no Senado como na Câmara dos Deputados a oposição espanhola não alcançou grande êxito na tentativa de usar a república brasileira como meio para criticar o Governo.

Também não pode ser contido o entusiasmo com que os republicanos espanhóis festejavam a mudança de regime no Brasil. Através dos jornais que controlavam¹⁹ continuaram a analisar este acontecimento, procurando enfatizar que a Espanha poderia seguir o mesmo rumo do Brasil.

Contudo, a república brasileira, apesar da euforia com que foi recebida pelos republicanos espanhóis e da impressão que causou entre os conservadores, não chegou a abalar a estabilidade da monarquia restaurada em 1874, conforme temeram os políticos monarquistas espanhóis.

NOTAS:

¹ Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madri), Política Exterior – Brasil (1867-1893), legajo 2330 – Manuel de Cárcer Salamanca ao Ministro de Estado espanhol, 16/11/1889. (Daqui em diante: AMAE).

² A primeira das insurreições republicanas da década de oitenta ocorreu em Santa Coloma de Farnés (Catalunha), em abril de 1883. Os chefes da mesma – Comandante Ramón Ferrándiz e o Tenente Manuel Belles – foram executados por ordens do Governo. No mesmo ano de 1883, em agosto, estourou novo movimento revolucionário em Badajós, Santo Domingo de la Calzada e Seo de Urgel. Sufocada a insurreição, os rebeldes que não conseguiram fugir para o exterior foram severamente punidos. Em abril de 1884 novamente os republicanos se rebelaram, desta vez sob o comando do capitão Higinio Mangado. Faltando maior organização aos revolucionários, a rebelião foi rapidamente sufocada pelo governo. Transcorrido um pouco mais de um ano do movimento de Mangado, entre outubro de 1885 e janeiro de 1886, mais dois movimentos republicanos agitaram a Espanha, mas foram, como os anteriores, contidos pelas forças oficiais. A última intentona republicana da década de oitenta aconteceu em Madri, em 19 de setembro de 1886, quando o General de Brigada Villacampa se levantou contra o Governo. A falta de organização das forças revolucionárias facilitou bastante a ação repressiva do Governo, que conseguiu abafar mais este movimento revolucionário.

³ Archivo Histórico Nacional (Madri), Ministerio de la Gobernación, legajo 51, nº 8 – Despacho do Ministro de la Gobernación aos Governadores de Províncias espanholas, 8/2/1889. (Daqui em diante: AHN).

⁴ AHN, Ministerio de la Gobernación, legajo 63-A, nº 14 – Governador de Madri ao Partido Republicano Federal, 12/7/1889.

⁵Ruiz Zorrilla foi um dos mais ativos líderes republicanos do século XIX espanhol. Em fevereiro de 1875 foi expulso da Espanha, acusado de promover atividades subversivas. Desde então sua ação contra a monarquia foi implacável. Exilado por muito tempo na França procurou sempre manter os republicanos reunidos e ativos. Participou diretamente da organização de mais de um movimento republicano na Espanha.

⁶AMAE, Política Interior – Conspiraciones carlistas, republicanas e socialistas, legajo 2869 – Cônsul da Espanha em Perpignan ao Ministro de Estado espanhol, 22/11/1889.

⁷AMAE, Política Interior – Conspiraciones carlistas, republicanas y socialistas, legajo 2869 – Embaixador da Espanha em Paris, León y Castillo ao Ministro de Estado espanhol, 29/11/1889.

⁸PRIETO Y VILLARREAL, Emilio. *Ruiz Zorrilla desde su expulsión de España hasta su muerte (1875-1895)*. Madrid, M. Romero impressor, 1903, p.371.

⁹*El Correo*. “Los Federales”, Madrid, 24/11/1889, p.2.

¹⁰*El Liberal*. “Felicitación Republicana”, Madrid, 2/12/1889, p.2.

¹¹O chamado “pacto del Pardo” foi o nome dado ao encontro ocorrido entre Cánovas, chefe do Partido Conservador e Sagasta, chefe do Partido Liberal. Neste encontro os dois políticos chegaram ao seguinte acordo: Cánovas deixaria o poder e seria substituído por Sagasta. Posteriormente liberais e conservadores se alternariam no governo. O objetivo de tal plano era fortalecer a monarquia espanhola restaurada em 1874 que sofria, com a prematura morte de Alfonso XII (23/11/1885), um sério abalo.

¹²As intervenções de Rodríguez San Pedro, bem como do Ministro de Gracia e Justicia Canalejas, na Câmara dos Deputado, que são citadas a seguir, até que se indique o contrário, pertencem a sessão do dia 20/11/1889.

¹³Apesar do Deputado Rodríguez San Pedro se referir a mais de uma manifestação pública com as características descritas, tudo parece indicar que foi apenas no Círculo Federal (dos seguidores de Pi y Margall) que ocorreu uma manifestação “con banderas y lemas.” Sobre a manifestação no citado círculo escreveu o jornal madrileno *La Época*, do dia 18/11/1889, em sua primeira página:

“Durante el día de ayer los balcones del Círculo Federal ostentaron rojas colgaduras en señal de regocijo por la proclamación de la República en el Brasil.

Por la noche ondeó la bandera tricolor sobre varios atributos a la República.

Las personas conocidas las vimos pasar por el sitio indicado proferían censuras contra el Gobierno civil que toleraba tan escandalosa manifestación.

Y debio ter conocimiento del hecho no nos cabe duda, pues se nos dice que presenciaron cinco ó seis guardias de Orden Público, que se detuvieron á contemplar á los que con sus correspondientes gorros frigos enarbolaron una bandera que no es de la nación.

En la Republicana Francia no se hubiera consentido eso; pero por lo visto nuestras autoridades estan dispuestas á consentir que se falte á la ley, puesto que ésta no autoriza que se hagan manifestaciones en público, ni con permiso de las autoridades, con tales atributos.”

¹⁴Juan Ortega y Rubio afirma que a pressão para que os liberais abandonassem o poder era tão grande, que circulavam rumores em Madri de que no dia 20 de novembro de 1888 se sublevariam alguns regimentos. O grito dos revolucionários seria: “¡Abajo el Gobierno y viva la Reina!” (ORTEGA RUBIO, Juan. *Historia de la Regencia de María Cristina Habsbourg-Lorena*. Madrid, tomo I, F. G. Rojas Editor, 1905, p.471.

¹⁵As intervenções de Mena y Zorrilla e do Ministro de la Gobernación Ruiz Capdebon que aparecem a seguir são da sessão do Senado de 26/11/1889, até que se indique ao contrário.

¹⁶Em mais de uma oportunidade D. Pedro II manifestou seu entusiasmo pelo regime republicano, principalmente depois da viagem que realizou aos Estados Unidos em 1876.

¹⁷Sessão do Senado de 29/11/1889. |

¹⁸Heytor Lyra, no capítulo XIV, do volume II de sua obra *História de Dom Pedro II* (São Paulo, Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977), analisa amplamente esta questão ao fazer um estudo do "clima político" que caracterizou o reinado de Pedro II.

¹⁹Em artigo a ser publicado proximoamente nesta revista, se analisará mais especificamente a repercussão que teve a proclamação da república brasileira na imprensa espanhola, tanto republicana como monarquista.

Observação: todas as citações guardam a grafia original.

(*) Departamento de História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - RS.